

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de agosto de 2021. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.220/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.310, de 24 de março de 2021, e dá outras providências. Esse é o projeto do qual, na última sessão, se pediu vista, projeto que altera apenas a redação em relação ao Bolsa Presença, conforme foi relatado pelo deputado Rosemberg. E o Projeto de Lei nº 24.239/2021, que altera a Lei nº 12.600, de 28 de novembro de 2012, na forma que indica.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestações de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos. (Pausa)

Deputado Hilton Coelho, não o vejo aqui. Normalmente solicita o tempo, não o vejo aqui no painel. Então...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará pela metade do tempo o deputado Robinson Almeida; e na outra metade, a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre deputado Robinson por 6 minutos; nos 6 minutos seguintes, deputada Olívia.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós completamos agora, no Brasil, 5 anos do golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff de um mandato concedido pelo povo brasileiro nas eleições de 2014, e sem nenhuma comprovação de crime de responsabilidade.

Esse golpe midiático, jurídico, institucional é o responsável por tudo que nós temos hoje no Brasil: depois da retirada da presidenta Dilma, um ataque violento à conquista dos trabalhadores, falsas promessas com falsas reformas do país voltadas ao seu desenvolvimento econômico. Uma farsa montada em Curitiba pela Operação Lava Jato, comandada pelo ex-ministro, hoje sumido, Sergio Moro, que ninguém sabe onde está, tirou o presidente Luís Inácio Lula da Silva da sua liberdade e também da disputa eleitoral de 2018 com uma condenação injusta e combinada para que o PT não voltasse a governar o Brasil.

Desse processo nasceu Jair Messias Bolsonaro, presidente da República, e o país aprofundou a sua recessão econômica e vive um momento de ódio, um momento de divisão com o pior presidente que já se sentou na cadeira presidencial. São 5 anos de golpe, nada a comemorar, é a infelicidade do Brasil ter o pior presidente da sua história, no seu pior momento econômico, no seu pior momento de saúde devido à crise sanitária.

E as respostas deste governo são aumentar a privatização, a venda do patrimônio público com a receita ultraneoliberal comandada pelo ministro Guedes. A resposta deste governo é negligenciar as providências para combater a crise sanitária, se tornando aliado do vírus. A resposta deste governo é fazer voltar, imperar no Brasil a insegurança alimentar, o retorno do país, infelizmente, ao mapa da fome.

São 5 anos de golpe, são 5 anos de destruição do nosso país. Agora, com a reabilitação do nosso presidente Lula, que esteve nesta Casa na semana passada, com o sucesso estrondoso da sua caravana pelo Nordeste e aqui pela Bahia, nós voltamos a ter uma luz acesa no final do túnel, um sopro de esperança para o povo brasileiro. Que nós possamos reconduzir este país ao destino e ao encontro da justiça social e da inclusão, especialmente dos mais pobres, no orçamento público. É essa a mensagem

que o presidente Lula deixou: que este país tem jeito, que é possível que este país se reencontre com o seu povo.

É muito importante que a gente consiga organizar uma frente em defesa da democracia, que sofre ataques constantes, inclusive com o presidente projetando para o dia 7 de Setembro mais uma manifestação antidemocrática com os seus seguidores contra o Estado democrático de direito, contra as instituições e contra o STF. É por isso que nós temos que nos levantar para dizer que esse projeto não vai vigorar no Brasil e que nós estamos construindo uma alternativa democrática e popular liderada pelo presidente Lula. Certamente nós vamos derrotar nas urnas esse governo fascista e o seu presidente, que a cada dia se coloca mais isolado, mais distante do povo brasileiro.

Então, presidente, eu quero aqui externar a minha solidariedade às vítimas mais diretas desse golpe, que é o povo brasileiro, que ficou mais pobre nesse período, mais desempregado, com menos oportunidades. Estender essa solidariedade à presidenta Dilma, de quem nunca foi comprovado nenhum crime de responsabilidade, uma mulher íntegra, honesta, que venceu as eleições, e também ao ex-presidente Lula, que teve 580 dias da sua liberdade sequestrados por um golpe arдил de Curitiba, pela Lava Jato, e hoje retorna por cima, sendo a esperança do povo brasileiro.

Fica aqui o registro desses 5 anos terríveis da história do Brasil, que é o golpe que foi implantado. E eu não posso finalizar sem registrar a responsabilidade direta de segmentos da mídia com esse processo, em especial das Organizações Globo, que patrocinaram diariamente uma destruição da imagem do PT e das suas lideranças com algo que não se comprovou na apuração dos fatos. E o PT ressurgiu como uma força importante no cenário político nacional com a reabilitação das suas grandes lideranças, em especial o presidente Lula.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O futuro está aí para ser construído, e eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos varrer para o lixo da história - como Moro já está lá, como os outros capachos dos Estados Unidos que urdiram esse golpe contra o Brasil e contra a nossa democracia também... O fascismo e o seu presidente irão se alinhar, se abrigar no lixo da história junto com esses personagens nefastos que tanta dor e sofrimento têm trazido para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia por 6 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu subo a esta tribuna para saudar com muito entusiasmo e gratidão a secretária Julieta Palmeira, secretária de Políticas para as Mulheres, e o secretário Jerônimo Rodrigues, secretário de Educação do Estado da Bahia, pelo lançamento, na tarde de ontem, do projeto sobre dignidade menstrual.

Esse tema sempre foi tratado como tabu, tratado como uma questão apenas das mulheres, da intimidade das mulheres, mas infelizmente é preciso enfrentar os tabus, é preciso desconstruir essa visão que privatiza um problema, que é uma questão de saúde pública, que é a situação de milhões de meninas no Brasil que estão mergulhadas em situação de miséria, de pobreza, de mães de famílias que não podem, diante de um Brasil de famélicos e de famélicas... Afinal de contas, o boletim da ONU, o informativo da Organização das Nações Unidas, já revela que o Brasil tem 55% da sua população vivendo em situação de insegurança alimentar.

Portanto, as mulheres que fazem parte dessa população de famélicas e famélicos do país nesse quadro terrível, triste, dramático não podem ter que fazer a escolha de Sofia: se vai comprar uma placa de ovos ou se vai comprar um absorvente, um pacote de absorventes, porque carne ninguém mais pode comer.

Então, é muito importante entender que o problema, o desafio da dignidade menstrual é um desafio à saúde pública, é um desafio ao SUS, é um desafio à Sesab, um desafio às secretarias municipais de Saúde, e os governos municipais, estaduais e federal precisam enfrentar esse problema, porque é muito triste ver meninas que deixam de ir para a escola porque não têm um absorvente, meninas tendo que usar papel higiênico, pedaço de jornal, pedaço de papelão, até miolo de pão, porque não têm condição de adquirir um pacote de absorventes higiênicos.

Portanto, eu faço até um apelo aqui aos colegas, nós precisamos garantir a votação dos projetos, projetos que são muito importantes, apresentados pelo Poder Executivo e retomar, vereador Paulo Magalhães, os projetos de autoria de deputadas e de deputados. Nós temos um projeto que inclui na política estadual de saúde, exatamente, o enfrentamento da pobreza menstrual. Portanto, é uma matéria importante para todos e para todas. Essa questão do ciclo menstrual precisa ser entendida como um ciclo da vida e da dignidade humana. É o ciclo menstrual que permite que a reprodução possa acontecer.

As mulheres que podem viver dignamente o seu ciclo menstrual são mulheres inseridas economicamente também. Então, essa autonomia econômica é fundamental. Por isso, temos que enfrentar o desemprego, enfrentar este desgoverno de Jair Bolsonaro, muito bem lembrado, aqui, pelo deputado Robinson Almeida. São 5 anos de um golpe nefasto que interrompeu o governo da única mulher que foi eleita presidenta da República, que jogou o melhor presidente que este país já teve, Luiz Inácio Lula da Silva, na cadeia e abriu caminho, uma escalada para o cavalheiro da morte passar.

As grandes marcas do governo Bolsonaro são: a marca da morte de quase 600 mil brasileiros e brasileiras vítimas da Covid-19, do desprezo, do descaso do presidente da República, que não investiu na compra das vacinas. É a marca do desemprego brutal que castiga o povo brasileiro, a classe trabalhadora brasileira, a marca da fome, como aqui eu já me referi. É um absurdo que 55% de brasileiros e brasileiras tenham hoje essa situação de insegurança alimentar, não consigam fazer as três refeições por dia e 19 milhões não tenham nada para comer. É uma situação desesperadora. E é muito triste ver que essa elite brasileira escravocrata...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) contribuiu, tramou, armou esse golpe nefasto para, hoje, a gente ter um presidente que, em vez de distribuir o livro, distribuir educação, abraçar o seu povo, distribui arma e diz ao povo que, em vez de comprar feijão, tem que comprar é fuzil. Então, esse descaso, esse deboche, precisa acabar. Nós temos que ir à luta porque a palavra de ordem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que está posta é “Fora, Bolsonaro!”. Não há horizonte para o Brasil com um governo nefasto como este. Vamos à luta! No dia 7 de Setembro, estaremos nas ruas, no Grito dos Excluídos, defendendo o nosso país e a democracia.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra para o próximo orador, deputado Hilton quer fazer uma comunicação inadiável. Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., presidente.

Nós não poderíamos deixar de nos pronunciar neste momento agora, neste dia que é um dia histórico, o dia em que estaria completando, hoje, 104 anos do nosso Derba, o Departamento de Estrada e Rodagem, que foi extinto em 2015 através de um decreto do governo junto com outras... (Interferência na conexão.) (...) da nossa Bahia, a nossa EBDA e o Ebal. O Derba, a cada dia que passa, Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, mostra a importância da sua retomada. A situação das nossas estradas que, em grande medida, é resultado da forma ineficiente de gestão, de monitoramento, de manutenção da nossa malha rodoviária, porque ela está no cálculo, hoje, das empreiteiras.

Diferentemente do Derba, que tinha um espraiamento em todo o estado da Bahia, com um conjunto de unidades que se espalhava pelas diversas regiões, essas empreiteiras não têm interesse em se deslocar da cidade de Salvador para fazer a manutenção cotidiana da nossa malha rodoviária. E, quando o fazem, fazem por um preço muito acima do que era o custo anterior, quando nós tínhamos o nosso Derba funcionando. É um patrimônio que é avaliado em mais de R\$ 40 bilhões, seja da própria malha rodoviária, seja de todo o equipamento, foi simplesmente liquidado e a gente não tem nem balanço de qual o real significado, qual o real paradeiro de todo esse patrimônio.

E, por fim, uma categoria extremamente agredida. Foi aprovado, em 2019, o PL nº 23.427 que, simplesmente, reduziu a carga horária dessa categoria na prática, de grande parte dela, fazendo com que esses trabalhadores e trabalhadoras passassem a perceber um salário menor do que o salário-mínimo. É uma injustiça que esta Casa precisa corrigir, os trabalhadores e trabalhadoras do Derba estão, hoje, humilhados. Eles, que passaram por todo um processo de negação de promoções e progressões, no

ano de 2019, através do PL nº 23.427, de 2019, tiveram uma situação de rebaixamento da sua remuneração.

Então, é algo para o qual esta Casa precisa se voltar, além de fazer o debate sobre a retomada do Derba. Para nós, Sr. Presidente, assim como aconteceu no Maranhão, o Derba vive. No Maranhão, o Derba foi retomado pelo governador Flávio Dino, porque lá foi afirmada, de fato, a necessidade de se ter um projeto de desenvolvimento do estado do Maranhão. Aqui na Bahia, nós precisamos fazer o mesmo: reconhecer que erramos, retomar o Derba e associá-lo a um projeto de desenvolvimento do nosso estado.

Nós não poderíamos concluir esse pronunciamento – muito rapidamente, Sr. Presidente –, sem destacar que, hoje pela manhã, nós estivemos na Ilha de Itaparica, encontramos lá uma população que foi seriamente agredida pela prefeitura municipal, que passou literalmente um trator em um conjunto de unidades que serviam para sobrevivência das pessoas em um contexto de pandemia.

Nós queremos marcar aqui o nosso protesto e dizer que nós vamos acompanhar essa situação dos trabalhadores e trabalhadoras da Ilha de Itaparica, o que é a ponta do iceberg do que pode vir relacionado por... (Interferência na conexão.)

Por fim, Sr. Presidente, queremos marcar nosso veemente protesto com relação ao corte do ponto dos trabalhadores da educação. E... (Interferência na conexão.) (...) o governador Rui Costa trata com tamanho desrespeito, sem a sinalização de um processo de negociação, simplesmente faz a opção de cortar o ponto dos profissionais da educação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô. Alô.

Deputado Hilton... Deputado Hilton...

Alô! Veja com a técnica aí. Como está ruim seu som, o deputado Hilton vai falar mais tarde, porque ele não está nem ouvindo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, falarão, inicialmente, o deputado Luciano Simões Filho e, logo após, também por 5 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. Luciano Simões Filho: O presidente tem de chamar, não é?

O Sr. Carlos Geilson: Pode chamar, presidente. Já há orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson, desculpe-me. Eu estava falando com o deputado Robinson.

Deputado Luciano, pode iniciar o seu pronunciamento.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos deputados e amigas deputadas, Assembleia Legislativa. Venho a esta tribuna, mais uma vez, fazer uma cobrança, uma constatação de uma situação do sertão da Bahia. Venho aqui falar do município de Piritiba e, mais uma vez, solicito, requeiro, peço a sensibilidade da Embasa, esse órgão do governo do estado.

O problema da água nos povoados de Areia Branca e Cigana, em Piritiba. O governador, através da Embasa, fez a obra de uma adutora passando por dentro desses dois povoados e levando água da Barragem do França, que fica em Piritiba, para outros povoados que não pertencem ao município de Piritiba, beneficiando o povoado de Umbuzeiro, que pertence ao município de Mundo Novo, e o povoado de Angico, que pertence ao município de Mairi.

A população desses municípios vizinhos recebe água encanada e tratada da Embasa, mas os povoados de Areia Branca e Cigana, que pertencem ao município de Piritiba, por onde passa essa adutora, não recebem. A Barragem do França abastece três municípios com água tratada através da Embasa: os municípios de Piritiba, Mundo Novo e Miguel Calmon. Peço à Embasa que abasteça com água encanada e de boa qualidade os povoados de Areia Branca e Cigana.

Nada contra, absolutamente nada contra o benefício que está indo para o povoado de Umbuzeiro, município de Mundo Novo, e o povoado de Angico, município de Mairi. Mas, meus amigos deputados, nobre Assembleia Legislativa, vejam vocês que, nos povoados de Areia Branca e Cigana, passa essa adutora e, nesses dois povoados do município de Piritiba, não há nenhuma entrega de água tratada da Embasa.

Fica aqui a minha queixa: o comportamento da Embasa equivocado no município de Piritiba, especificamente na questão dos povoados de Areia Branca e Cigana. Esse está sendo o comportamento do governo do estado da Bahia na zona rural de Piritiba.

Meus amigos, estamos completando quase 16 anos de governo do PT no estado. Não há uma barragem completamente feita por esse governo. E a barragem que a gente tem... Esse é o tratamento das comunidades que ficam perto à Barragem do França, barragem essa que foi feita e inaugurada pelo então governador Dr. Paulo Souto.

Fica aqui a nossa cobrança à Embasa no que tange à entrega de água tratada para os povoados de Areia Branca e Cigana, no município de Piritiba. A adutora passa por eles e não há entrega nenhuma de água de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo orador, deputado Carlos Geilson?

O Sr. Carlos Geilson: Deputado Paulo Câmara pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos e amigas aqui da galeria da imprensa. Sr. Presidente, eu trago a esta tribuna um assunto que foi levantado na semana passada pelo colega e amigo deputado Luciano e gostaria de trazer à Casa alguns esclarecimentos.

Deputado Luciano Simões, V. Ex.^a trouxe aqui, na sessão passada, o problema pelo qual as estradas vêm passando no nosso estado e citou o caso da estrada Sapeaçu-

Castro Alves. Eu quero dizer a V. Ex.^a que, além dessa estrada, diversas outras estradas passam pelo mesmo procedimento. E aqui eu queria nominá-las: a estrada Cachoeira-Maragogipe, a BR-101, Conceição do Almeida-São Felipe, Amargosa-Santo Antônio de Jesus, a Henry Ford, a Gandu, Rafael Jambeiro, Serrinha-Coité, a de Adustina, essa agora, recentemente, ali de Jaguaripe, a BR-101, que está se fazendo pela segunda vez. Então, alguma coisa está equivocada, alguma coisa está errada.

Primeiro, o que nós precisamos saber é se essas estradas possuem projetos para serem executados, porque qualquer tipo de obra que o estado tenha de fazer, tem de ter projeto, anteprojeto, fazer o processo final, saber se aquela estrada é base de tráfego principal, se vai ser escoamento de produção – porque vai passar a carreta –, se é via terciária, secundária, carros de pequeno porte, saber que tipo de pavimentação será aplicado, saber qual é a espessura, se vão ser 3 centímetros, 5 centímetros, 7 centímetros. Então, esses questionamentos precisam ser levantados.

Eu quero, Sr. Presidente, solicitar que a Comissão de Infraestrutura desta Casa promova uma audiência pública, até porque eu tenho em alta conta o secretário Marcus Cavalcanti. É um secretário competente, que tem feito um bom serviço pelo nosso estado, mas essas estradas aqui nominadas estão praticamente se esfarelando, deputado Alan Sanches.

Então, a pergunta tem de ser clara: como foram feitas essas estradas? A olho nu? Com projeto? Se houve projeto, se foi executada de acordo com o que o projeto determinou, tem de responsabilizar a empresa; mas, se não houver projeto, quem será responsabilizado? O dinheiro que foi aplicado, que foi perdido, quem será responsabilizado?

Então, esses questionamentos precisam ser esclarecidos, e eu acho que esta Casa precisa debater este assunto, até porque nós temos um outdoor na Paralela com 7 mil quilômetros! Mais uma vez, 7 mil quilômetros! Olhe que eu nem era deputado estadual e já tinham feito 7 mil quilômetros de pavimentação de estradas, e a gente precisa efetivamente trazer à luz da realidade se essas estradas possuem ou não projetos.

O segundo assunto, Sr. Presidente, que eu trago a esta Casa é com relação aos trabalhadores da Ceasa. Tive o conhecimento de uma matéria do *Correio da Bahia*: “*Trabalhadores da Ceasa de Simões Filho temem ficar sem renda após a concessão*”. Estive lá hoje para visitar, e conhecer e me aprofundar um pouco sobre esse tema. Confesso que fiquei chocado. Nada contra a concessão, até porque sou a favor da concessão. Tudo o que for para melhorar terá o meu apoio. Mas qual a modelagem que será feita? Aquelas pessoas, aqueles permissionários, ficarão desamparados? Aquelas pessoas estão sendo ouvidas? No entorno da Ceasa, aquelas pessoas que vivem ali, quase mil famílias que dependem da Ceasa, só no entorno, fora os permissionários, estão sendo escutados? Eles serão de alguma maneira contemplados?

É preciso debater, é preciso ouvir. Esta Casa não pode se furtar a deixar de promover esse debate público, democrático e, acima de tudo, respeitoso com as pessoas. A Ceasa foi criada, principalmente, como balizador social, regulador de preço, essa é a função social da Ceasa. E precisamos manter isso. Se a concessão vier para modernizar, melhorar o equipamento, dar mais conforto e, acima de tudo, manter o

preço, terá o meu apoio integral. Mas desde que as vidas das pessoas sejam preservadas, acima de tudo aqueles que estão lá. É inadmissível, se fizeram uma concessão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pensaram na concessão macro, e se esqueceram de mais de mil permissionários e mil pessoas que vivem no entorno. Nós estamos falando de quase 2 mil pessoas, 2 mil famílias, isso representa quase 8 mil pessoas, direta ou indiretamente que sobrevivem da Ceasa, maior do que muitos municípios do nosso estado.

Eu tenho certeza de que com o governo e com a Presidência isso não poderá acontecer, deputado Alan Sanches. Fala-se que acontecerá este ano, se tiver de acontecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vamos fazer de maneira transparente, debatendo, discutindo, acima de tudo, preservando e cuidando daqueles que estão ali desde o início, há mais de 30, 35 anos.

Esse é o meu comentário, esse é o meu recado. Peço a sensibilidade desta Casa para que, no momento oportuno, nós possamos trazer esse debate para que isso não fique, efetivamente, numa cortina de fumaça.

Eram esses os meus comentários, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Eu agradeço a compreensão de todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará o deputado Carlos por 6 minutos... É PSD?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): PSD.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Carlos Ubaldino e, por 6 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. CARLOS UBALDINO: Meu amigo, mui digno presidente, que tão bem conduz os trabalhos legislativos nesta Casa, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, amigos, amigas, que nos prestigiam com as vossas valiosas e magníficas presenças, imprensas presentes ou representadas. Eu quero, neste momento, salientar que semana passada tivemos a honra de comemorar os 63 anos da nossa querida cidade de Olindina. Naquele momento, o prefeito Luiz Alberto, junto com a sua mui digna esposa Luana, demonstrou aos olindinenses o seu papel, o seu trabalho, a sua vontade de ver o seu povo feliz, quando em nenhum outro tempo tivemos uma comemoração de aniversário da cidade de Olindina semelhante. Parabéns, Luiz Alberto, parabéns Luana, parabéns aos olindinenses.

Ocupei esta tribuna, neste dia, para parabenizar a nossa querida Camacã que completa 60 anos de existência. Quero aproveitar e parabenizar o vereador Coca, meu amigo, representante ali naquele município que vem prestando relevante trabalho àquela população. Senhoras e senhores, não poderia deixar de trazer à tona a situação em que se encontra a BR-349, 39 quilômetros de Olindina a Tobias Barretos. Visitando o companheiro Dr. João Ribeiro, ali, no seu hospital, nessa semana, fiquei perplexo com a situação da BR-349. Espero que o nosso mui digno governador Rui Costa e o nosso digno secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, tomem as devidas providências. Todo este Parlamento tem um apreço e uma admiração pelo nosso secretário que tão bem vem fazendo a condução dos trabalhos das nossas BAs no estado da Bahia.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que anteontem, na cidade de Entre Rios, foi um dia marcante, quando atendemos com o Projeto Saúde e Cidadania, projeto que nasceu no coração de Deus e vem trabalhando pelo povo baiano desde 2006, na pessoa da vereadora Débora Santana. Ali atendemos mais de 500 pessoas que ficaram lisonjeadas com o tratamento daquela equipe de saúde, que vai fazer um trabalho diferente na cidade, atendendo os mais carentes, os mais necessitados, trazendo saúde e cidadania para aqueles que tanto precisam da gente.

Não foi diferente na cidade de Banzaê, onde a vereadora esteve presente junto com o nosso futuro prefeito, Ramon, e o nosso querido amigo Ricardo Maia, da cidade de Ribeira do Pombal. Eu tenho certeza de que aquela gente ficou de coração feliz, lisonjeada, alegre, porque recebeu em casa um tratamento digno de saúde, levando grandes especialidades para aquela gente que tanto precisa da gente.

Sr. Presidente, esse é o papel de um verdadeiro parlamentar. Quero parabenizar o seu trabalho, Débora Santana. O Instagram e a imprensa mostram para que você veio, para fazer a diferença, um trabalho digno voltado para aqueles que tanto precisam da gente. Quero dizer aos Srs. Deputados que há uma farta pisa ao favo de mel, mas para um faminto todo amargo é doce. Nós estamos aqui, meu querido amigo, sentindo, na realidade, a necessidade em que se encontra a nossa Bahia. Tantos que precisam da gente, voltados para este Parlamento que eu creio que Deus e o povo conduzem, gente, homens de bem, mulheres de bem, que não estão com o coração numa sigla ou numa bandeira partidária, mas nos anseios, nas necessidades daqueles que tanto precisam da gente.

Sr. Presidente, não quero omitir as minhas palavras. V. Ex.^a, que vem conduzindo os trabalhos desta Casa com equidade, com equilíbrio, com vontade de ver o seu povo trabalhando feliz, sem cercear o direito de qualquer um dos Srs. Deputados, parabéns a V. Ex.^a! Pode contar com o deputado Ubaldino, porque eu estou aqui para trabalhar, para reivindicar, para lutar, para protestar naquilo que se fizer necessário.

Aqui, fica o meu apreço e o meu abraço.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Angelo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Boa tarde a todos. Quero saudar os caros colegas, o nosso presidente Adolfo Menezes, saudar em especial os internautas e os telespectadores da *TV ALBA*.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna, neste momento, para celebrar aquilo que nós podemos caracterizar como uma perfeita sintonia entre o agronegócio e a agricultura familiar.

No último dia 27, última sexta-feira, 27 de agosto, pudemos estar presentes e acompanhar a inauguração do maior frigorífico produtor de proteínas da Chapada Diamantina e, sem dúvida nenhuma, o frigorífico mais qualificado, do ponto de vista da tecnologia e dos equipamentos.

Com um investimento de R\$ 30 milhões em recursos próprios, o prefeito de Andaraí, nosso companheiro, presidente do Consórcio Chapada Forte, presidente da FecBahia, homem visionário, que, a partir da Chapada, propõe e vai, sem dúvida nenhuma, construir novos conceitos para transformar a vida das pessoas de todo o território, porque esse frigorífico vem nesse conceito, meu caro deputado Ubaldino, de fazer o engajamento, o imbricamento do agronegócio com toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, gerando 3 mil novos postos de trabalho, quando estiver operando completamente.

Esteve lá presente o governador Rui Costa, o nosso senador Jaques Wagner, presente também a nossa deputada federal e presidente do PSB da Bahia, deputada Lídice da Mata, os deputados Eduardo Salles, Ivana Bastos, Marcelinho Veiga e tantos outros, mais de 30 prefeitos e 32 ex-prefeitos e vice-prefeitos, vereadores, lideranças, empresários do agronegócio e uma quantidade bastante – eu diria – feliz e alegre de pessoas da agricultura familiar, meu caro Jacó, porque ali esse modelo de negócios implementado e proposto pelo prefeito de Andaraí, Wilson Cardoso, contempla justamente essa possibilidade de distribuição de emprego e renda, de dignidade para o homem e para a mulher do campo, através de proposta de uma grande cadeia produtiva, onde, através do apoio à bovinocultura, à caprinocultura, à suinocultura, a gente vai poder contar com aquele frigorífico que foi entregue na Chapada Diamantina.

É bom deixar claro que esse empreendimento do Wilson Cardoso conta com uma área de 180 mil metros quadrados, sendo que 15 mil metros quadrados são de área construída. Abriga cinco fábricas que serão responsáveis por processos que irão do abate à desossa, passando pela industrialização, salga e beneficiamento de produtos não comestíveis. A estrutura tem capacidade de abater até 400 animais por dia e para processar 168 tipos de produtos.

A partir da Chapada, o mundo haverá de conhecer a proteína animal de alta qualidade, onde tanto o pequeno, o agricultor familiar, quanto o grande, o agronegócio, estarão presentes nessa cadeia.

Mas é bom lembrar que o nosso companheiro, o prefeito do PSB, Wilson Cardoso, além de um empreendedor visionário, é também um político visionário. É ele o responsável por pegar a cidade de Andaraí, que estava em situação precaríssima, e, a

partir de 2008, elevar o patamar da educação, transformando a vida daquela gente. São seis escolas, seis escolas, em 8 anos construídas em Andaraí, em tempo integral. Mudou completamente a vida daquele povo!

E quero dizer, Sr. Presidente, companheiros e companheiras, que já ouvi de uma autoridade – e quero aqui dar o meu testemunho – que Wilson deveria colocar uma escola de prefeitos, porque é incrível o que se consegue, o que esse homem, cidadão, político e empresário consegue fazer com um município de apenas 1.0 de repasse de FPM. E consegue transformar em tão pouco tempo, sucedido pelo nosso companheiro prefeito João Lúcio, que deu continuidade a esse trabalho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Agora Wilson retoma e retorna, além de já entregando, em menos de 9 meses, como vai entregar, um novo mercado municipal com recursos próprios, ele também entrega esse empreendimento ao povo de Andaraí, ao povo da Chapada e ao povo da Bahia.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, quero dar aqui os meus parabéns ao povo de Andaraí, que acreditou em alguém com propostas inovadoras e corajosas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e transformou a vida daquele povo.

Salve Wilson Cardoso! Salve o PSB da Bahia!

E muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, por 5 minutos, o deputado Soldado Prisco; e, pelos 5 minutos restantes, este deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente...

Sr. Presidente, tenho visto aqui a preocupação, principalmente por parte da mídia e dos partidos de esquerda, sobre a manifestação democrática que vai ocorrer no dia 7 de Setembro em todo o país. Um verdadeiro absurdo o que a gente tem visto. O direito à livre manifestação está na Constituição Federal.

Por que essa preocupação, principalmente com os militares? Vejo até grandes absurdos, como dizer que militares não podem participar de manifestação. Está na Constituição Federal, em seu artigo 5º, é direito do militar participar, ele é um cidadão como outro qualquer. E podemos participar, sim! Dia 7 será uma manifestação pacífica e ordeira em prol do povo brasileiro, em prol da democracia. Da manifestação pacífica e ordeira todo e qualquer trabalhador pode participar, seja ele militar, médico, juiz, advogado, jornalista. Por que essa preocupação nacional? Por que esse absurdo e essa perseguição com o governo Bolsonaro? Não pode convocar uma manifestação pacífica

e ordeira? Vi manifestações de governo de esquerda nas ruas onde acontecia tamanha violência e depredação.

Convoco, sim, todos a participarem da manifestação, dia 7 de Setembro, de forma pacífica e ordeira, como assim será. Não tenho dúvida nenhuma disso. E todo aquele que praticar ato de violência que a justiça seja feita, seja ele de que categoria for. Mas dia 7 de Setembro é importante que o povo brasileiro vá às ruas orar por este país, buscar o melhor por este país e entregar este país a quem realmente merece, que é o nosso Deus fiel e maravilhoso.

Outra coisa, Sr. Presidente, no dia de hoje, no Anuário da Violência, está lá, mais uma vez, a Bahia em destaque como um estado com crescimento de 12,6% em número de homicídios. A violência toma conta do estado da Bahia. E o que é que o governo faz para mudar essa realidade? Nada! Coloca um comandante-geral opressor que não tem diálogo, que não dialoga com a categoria, que só usa o instrumento da repressão. Com isso o estímulo do policial militar, que já estava lá embaixo... São 8 anos sem reajuste, sem periculosidade, condições péssimas de trabalho, e aí não tem sequer o diálogo.

Você visita todas as unidades da Bahia, as condições são péssimas. Aqui, perto da Assembleia, a 48ª CIPM, em Sussuarana, está pedindo socorro; a 16ª totalmente condenada pela Codesal, não era nem para estar funcionando; a 82ª, aqui também pertinho, no CAB, não tem sequer banheiro feminino para as policiais militares, não tem colete para os policiais, não tem armamento, não tem combustível. Como vai se combater a violência desse jeito? É por isso que a Bahia está entregue à criminalidade, os bairros dominados, o tráfico determinando a hora que fecha e a hora que abre. Triste Bahia, conhecida como a Bahia do medo. Infelizmente, isso é o que o povo da Bahia está vivendo.

Vimos um policial militar ser brutalmente assassinado no Farol da Barra. A Polícia Militar, que está investigando, quer muito mais justificar a morte do soldado Wesley do que investigar. A perícia particular que nós pagamos, a PM não aceitou. Mas nós vamos continuar essa luta para mostrar que, para aquele irmão que foi assassinado ali, no Farol da Barra, a justiça será feita. Se não for a dos homens, será a justiça de Deus, porque o sangue derramado do soldado Wesley não foi esquecido por ninguém na Bahia.

Este governo, sim, deveria, naquele momento, ali, afastar os responsáveis, fazer uma investigação séria e célere, e não fazer o que fez, como está fazendo até hoje.

Nós vamos continuar na luta para mudar a Bahia e o Brasil. Tirar a Bahia do atraso é de fundamental importância.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O que nós estamos vendo por aí? Em perseguição a um deputado, um governo que não paga emenda para o povo da Bahia. E é o povo da Bahia que está sofrendo com a falta das emendas. Por que o governo não paga as emendas? Por que não cumpre uma lei aprovada nesta Casa? Por picuinha política, por não ver o interesse do povo baiano sendo atendido.

Mas nós vamos continuar essa luta desta Casa, presidente. Tenha a certeza de que ninguém vai conseguir calar a nossa voz.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelo tempo restante, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, deputados e deputadas, eu quero pegar um trecho do discurso do deputado Soldado Prisco, quando ele fala da segurança pública na Bahia, justamente um estado governado pelo Partido dos Trabalhadores já há muitos anos, que é o partido que prega a inclusão social, que defende negros e jovens, jovens da periferia, mas, quando vamos para os números, quando vamos para a dura realidade, vemos que o PT fica apenas no discurso.

Eu trago aqui um tema, quero abordar esse tema, que diz respeito aos números do Atlas da Violência, que foi divulgado hoje, terça-feira, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Prestem atenção! Prestem atenção! A Bahia subiu no *ranking* negativo dos estados brasileiros em 2019, registrando as maiores taxas de mortalidade por violência e violência infanto-juvenil, ao lado do Amapá, em primeiro lugar; a Bahia em segundo; e Sergipe em terceiro.

O levantamento mostra que a taxa registrada na Bahia é de 97 homicídios de jovens a cada 100 mil habitantes. O indicador é superior à média nacional. É isso que é importante a gente pontuar. A média nacional é de 45,8. Senhores e senhoras, ouçam: na Bahia, a média é de 97 a cada 100 mil habitantes. A média nacional é de 45,8. O Amapá é o primeiro colocado, com 101,8; Bahia com 97; e Sergipe com 90,5.

Querem mais para conferir que, realmente, a política pública de segurança deste governo faliu? Se em outros estados se consegue diminuir os números da violência, por que na Bahia continua crescendo? Por que na Bahia continua aumentando? Entre o que se diz no discurso e o que acontece na prática há uma diferença muito grande.

Outro assunto que quero abordar é a Viabahia. Hoje, pela manhã, através do nosso mandato, enviamos à Viabahia um requerimento, solicitando oficialmente dessa empresa uma cópia integral do contrato de concessão das BRs 324 e 116 para análise e fiscalização de sua execução. De há muito já se sabe que esse contrato não vem sendo cumprido. O que está nele é para acontecer já, agora, desde 2018 para cá: a construção da quarta pista já chegando a Salvador; e da chegada a Salvador até Feira de Santana, a terceira pista. Isso, por si, já mostra que o contrato não vem sendo cumprido.

Paga-se uma tarifa alta para o que é oferecido. Muito ruins os serviços oferecidos pela Viabahia, motivo pelo qual estamos apoiando também a luta do governo federal, que conseguiu revogar uma decisão judicial pela qual a Viabahia teria conseguido manter os valores cobrados. Graças a essa decisão da Justiça, meu caro deputado Sargento Isidório, a tarifa será reduzida.

E nós não queremos apenas a redução, queremos a suspensão. Enquanto não se oferecer um serviço de qualidade,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) enquanto não se justificar o pagamento do pedágio, que ele seja suspenso, porque há uma esculhambação. A pista não oferece condições para ser pedagiada.

Onde estavam as autoridades que não enxergaram isso, que não viram isso, que, ao longo desse contrato, não perceberam que a Viabahia praticava, e pratica, um estelionato, não honrando e não cumprindo o que está no seu contrato...

(O Sr. Presidente faz soas as campainhas.)

(...) de concessão?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Jacó; e, por 5 minutos, o deputado Zó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, *TV ALBA*, imprensa, pessoal de apoio, queria agradecer pela oportunidade.

Na internet passa um senhorzinho que diz: “Meu ‘fi’, meu ‘fi’, nesse mundo nós vamos ver é coisa!”

Parece até que a gente não se lembra do que era o buraco dessas estradas na Bahia quando a gente assumiu esse governo, hein, Rosemberg? Da Estrada do Feijão eu tiro como é que era a bagaceira!

Meu “fi”, meu “fi”, nós vamos ver é coisa!

Vinte anos se passaram na Bahia sem se fazer um hospital público e hoje, meu “fi”, meu “fi”, a gente vê é coisa!

A polícia não tinha revólver, era 38, não tinha bala; os carros velhos, acabados, empurrados.

Meu “fi”, meu “fi”, nós vamos ver é coisa!

Quero, aqui, Sr. Presidente, dizer da minha alegria e da minha satisfação de estar ao lado da prefeita Moema Gramacho, que está fazendo um trabalho extraordinário em Lauro de Freitas, revolucionando a educação, fazendo algo do que muitos falam e não fazem, que é garantir um direito humano universal, que é o acesso aos meios de internet, de comunicação, o acesso ao mundo digital. E a prefeita tem feito um esforço enorme.

Inclusive, quero saudar sua secretária, companheira Vânia Galvão, uma mulher de luta.

E a prefeitura fez uma licitação para comprar *tablets* para todos, todos os alunos da rede municipal do Município de Lauro de Freitas. Uma cotação, uma licitação nacional com todo o rigor técnico-jurídico, tudo feito dentro da legalidade, com recursos do precatório, tudo comprado dentro da lei. E hoje ela começou a entregar.

Eu queria saudar a prefeita Moema pela sua luta, pela sua trajetória.

Mas eu queria também aproveitar para repudiar a postura de dois vereadores de lá, deputado Zó, uma vereadora e um vereador. A vereadora estava com a prefeita Moema até aos 47 da prorrogação. Moema era a melhor prefeita que Lauro tinha, era,

“óia”, a maior defensora da prefeita Moema. Até aos 48 estava junto. Aí, brigou, e agora Moema não presta. A ingratidão, cuspir no prato que comeu!

“Óia”, deputado Rosemberg, eu sou um pobre coitado lascado, agora, minha mãe me ensinou, e a vida, a ter gratidão.

E outra coisa, esse povo lá mente, mente, mente, vive em cima da mentira. Eu queria perguntar se esse povo não tem filho? Como é que um pai, uma mãe dá o exemplo para o seu filho de mentir e sustentar! Porque era a política do atraso. Se o adversário não tem defeito, eu invento, e sustento com as *fake news*, com a mentirada, com a vergonha.

Os vereadores despreparados podiam se informar melhor, deixar de ser arrogantes e cumprir o seu papel com dignidade, respeitar a prefeita Moema e o seu governo.

É inadmissível o que está acontecendo em Lauro de Freitas. Por isso eu venho aqui repudiar e levar o meu apoio e minha solidariedade à prefeita Moema e toda sua equipe, Sr. Presidente.

Queria também, me permitam, saudar o vereador Hermógenes como o novo diretor da CAR em Senhor do Bonfim. Eu estive lá com o secretário Josias Gomes, com o diretor da CAR, Wilson Dias. Uma posse importante. Ele mobilizou consórcios, prefeitos, a sociedade civil, um evento muito representativo.

E eu quero, aqui, de público, Hermógenes, desejar boa sorte, dizer da minha alegria de estar aí ao seu lado, e dizer que a CAR e a agricultura familiar aí, em Senhor do Bonfim e região,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ganham muito com o seu trabalho.

Queria também mandar um abraço para a vereadora Lúcia, uma mulher de luta, aguerrida.

Queria mandar um abraço também para Jeferson, para Camila, para uma turma que nos acompanhou no dia a dia lá naquela visita.

Quero também mandar um abraço, na correria do sebo nas canelas, para o vereador Lula, de São José do Jacuípe, um jovem que está sendo referência, fazendo a diferença no Legislativo daquela terra. E eu estive lá, visitando-o, e quero mandar um abraço para ele e para todo o povo daquela terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu vou ficando por aqui.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Queria saudar aqui nosso ex-colega, hoje lá, no Planalto, deputado Sargento Isidório. Eu acho que ele está com saudades de voltar para a Bahia. Lá, no Planalto, está muita confusão, não é, Isidório? E você está querendo voltar para a nossa Casa. Seja bem-vindo. A Casa é sua... Quer dizer, nunca deixou de ser sua.

Com a palavra o deputado Zó por 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidente, colegas deputados, deputadas, funcionários, imprensa, público... nesse momento não estamos tendo, por causa da pandemia, mas para quem nos assiste em casa...

Hoje, apesar do dia, líder Rosemberg, dia de golpe, não é?... O que foi que Dilma fez para ser golpeada?

O outro que está aí é só mansão para os meninos. Os meninos já gostam de uma mansão. O filho do presidente, Robinson, já gosta de uma mansão. Os meninos, não sei, acho que não conseguem morar mais em casa simples; é só mansão de 6, de 3, de 10... Interessante é que quem aluga a mansão para eles mora numa casa simples.

Então, primeiro, quero agradecer a duas pessoas. Um é conhecidíssimo desta Casa, e eu fiz uma Moção de Aplausos para ele hoje, é o ex-deputado Pedro Alcântara. Algumas pessoas aqui foram deputados com ele. O deputado Pedro Alcântara está como vinho, a cada dia que está ficando velho está ficando melhor. O deputado é o diretor do nosso Núcleo Regional de Saúde Norte, e lá está fazendo um trabalho belíssimo não só nas questões básicas gerais do núcleo de saúde, como médico, mas, principalmente, na questão da Covid.

Sei que o tempo aqui é muito curto e eu queria deixar esse meu abraço e essa Moção de Aplausos para o ex-deputado Pedro Alcântara, coordenador do Núcleo Regional de Saúde.

Fiz uma Moção de Aplausos também para o tenente-coronel Tarcísio Ribeiro do Vale, amigo de infância, de Pilão Arcado, que está deixando, depois de 17 anos, o Corpo de Bombeiros em Juazeiro para ir para Paulo Afonso, comandar em Paulo Afonso. Ele está em Juazeiro há 17 anos, quando migrou da Polícia Militar para o Corpo de Bombeiros.

Então, Tarcísio, nosso agradecimento por seu empenho, seu trabalho, sua dedicação no comando do Corpo de Bombeiros em Juazeiro, abrangendo toda essa área do sertão, fazendo um importantíssimo combate a incêndios na região de Jacobina, o último deles agora, mais uma vez, no limite de Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, um incêndio que devastou parte da nossa bela caatinga naquela região.

Então, Tarcísio, muito obrigado. Dia 9 será a sua passagem de comando. Farei questão de estar aí, deixando o meu abraço, e dizer ao povo de Paulo Afonso que vocês receberão um grande comandante do Corpo de Bombeiros. Orgulho de ser seu amigo, orgulho de poder ter participado um pouco dessa construção, em algumas lutas de combate a incêndio em Juazeiro e na região.

Mas por último, presidente, eu queria fazer o registro do Agosto Lilás. Hoje é o fim, o último dia do mês de agosto – vou pegar aqui as informações mais precisas – que é o mês de combate à violência contra a mulher, o mês de comemoração dos 15 anos da Lei Maria da Penha.

Eu queria deixar um grande abraço para a delegada titular Licelma Bonfim e para a delegada adjunta Rosineide Mota pelo grande trabalho no combate à violência contra a mulher, na região de Juazeiro. Lá, os números da violência são grandes, como em todos os lugares, principalmente quando isso é incentivado, quando as mulheres

são ainda mais agredidas, às vezes até por pessoas que têm posições constituídas institucionalmente. E esse trabalho feito pela delegada, pelo conselho da mulher...

Inclusive, quero mandar um abraço para Quitéria, para Maria José, para Lurdinha, e parabenizo o juiz Dr. Aroldo Carlos Borges do Nascimento e o promotor Samuel de Oliveira Luna, porque, em Juazeiro, Bira Corôa, os processos de feminicídio, os processos de violência contra as mulheres têm tido pauta rápida, julgamento preciso.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Infelizmente, algumas penas são pequenas para um crime que, para mim, é hediondo. O sujeito mata, agride a mulher, porque a mulher não quer mais ficar com ele, como se a mulher fosse um objeto e tivesse a obrigação de ficar com quem ela não quer. Na maioria das vezes, elas são mortas porque não aceitam o fim do relacionamento.

Por isso, nesse mês e nessa data a gente marca o dia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de uma grande agressão a uma das mulheres mais honradas deste país, e que a nossa presidente Dilma Rousseff sancionou. A gente deixa esse registro de agradecimento às delegadas, de agradecimento aos conselhos da mulher, de agradecimento à Justiça e ao Ministério Público em Juazeiro.

Por isso, eu quero agradecer, presidente, o espaço e deixar esses três registros de agradecimento: ao tenente-coronel Tarcísio; ao ex-deputado e médico, Dr. Pedro Alcântara; às delegadas titular e adjunta de Juazeiro; ao Conselho da Mulher; ao Ministério Público e à Justiça em Juazeiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, vai falar o deputado Alan Sanches, pelo tempo que ele achar necessário, dentro dos 11 minutos. Pela sua eloquência, ele deve usar todo o tempo. Deve, com certeza, ter muito a nos falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, queria saudar os colegas deputados e deputadas. Mais uma vez, quero elogiar o novo visual do deputado Marcelino Galo. Tem ficado realmente bem bonito o meu presidente da minha Comissão de Constituição e Justiça. Digo minha porque sou partícipe, da nossa comissão, que tem V. Ex.^a como presidente.

Mas hoje, aqui, eu estive ouvindo, Sr. Presidente, deputado Rosemberg, o discurso do deputado Paulo Câmara. E queria, realmente, presidente Adolfo Menezes, líder em exercício Carlos Geilson, de uma forma suprapartidária, pedir um olhar

diferenciado do governo do estado com relação às estradas. Não é possível, gente! Não é possível que V. Ex.^{as} não estejam sofrendo o que eu tenho sofrido.

O deputado Rosemberg que esteve, há poucos dias, na região de Taperoá, viu aquela situação lastimável que está a BA-001. A reforma que disseram que iam fazer, que parece que fizeram uma licitação... Pelo amor de Deus, gente! É um tapa-buraco de farofa, é um asfalto esfarinhado, é um asfalto que já deveria ter sido trocado há muito tempo, e nós sabemos que há uma base que precisa ser modificada, porque senão não adianta jogar asfalto ali. Não adianta jogar um asfalto bom porque ele não se sustenta, ainda mais quando estão colocando um asfalto ruim, deputado Rosemberg, parece uma farinha.

Estou falando de uma forma suprapartidária, porque todos, todos que vão – não digo deputado, não, digo todas as pessoas, toda a população que precisa transitar nas estradas... Algumas estradas estão lastimáveis! E me dá uma pena quando eu vejo o dinheiro sendo jogado fora. Por exemplo, eu falei da BA-001, mas vamos falar da BA-099, daquele pedaço que vai principalmente de Pojuca para Araçás e depois de Araçás até a BR-101, para quem for para Entre Rios. Uma estrada que foi feita, eu acho, no início do governo Wagner, porque era muito ruim aquilo. O governo Wagner fez e eu vejo o dinheiro se perdendo, porque não dão a atenção devida já nesse momento que já tem vários buracos, deputado. Tem vários buracos ali que poderiam, de uma forma mais barata, sem precisar reformar a estrada, fazer uma operação tapa-buraco de estrada.

Eu não digo nem aquelas fugas de material que tem em duas regiões por ali. Em Miranga, mais ou menos, há uma fuga de material onde estão fazendo uma nova passagem. Tudo bem que já tem 2 anos fazendo isso. Mas eu não falo nem dessa fuga de material. E mais adiante, depois de Araçás, depois da Sesmária, indo para a BR-101, há outra fuga de material que já bate, mais ou menos, 2 anos também.

Mas essas intempéries que existem dessas duas fugas de material eu nem falaria, apesar de um tempo absurdamente grande para a reforma, de 2 anos, mas eu falaria dessa operação tapa-buraco que é muito... Eu nunca fui secretário de infraestrutura e sei, realmente, da competência do secretário Marcus Cavalcanti, mas às vezes o que falta é a tinta na caneta do secretário. O governador deveria dar orçamento para que ele pudesse fazer isso. Eu não tenho dúvida de que é isso.

Eu falei da BA-001, eu falei da BA-099. Aquele outro pedaço que tem para quem pega a estrada de Amargosa e vai para São Miguel das Matas, uma estrada que foi feita ainda com Otto Alencar, uma estrada que foi recuperada, toda revitalizada. Hoje, a estrada está cheia de buracos e vai se perder. A estrada de São Miguel das Matas vai se perder. Por quê? Porque não faz aquela manutenção quando tem que fazer e acaba perdendo toda a estrada. A estrada que foi feita, eu acho que tem 3 anos, essa estrada de Santo Antônio de Jesus a Amargosa, está cheia de buracos. A estrada tem 3 anos que foi feita. Cheia de remendos.

Sabe, às vezes, eu não entendo por que causar tanto sofrimento e dificuldades assim para as pessoas. As pessoas que já precisam trazer os pacientes, que precisam vir

para Salvador, para Feira de Santana, para toda a região. Será que tem que causar esse sofrimento? Não poderia dar uma manutenção?

Quando eu vejo, hoje, me surpreende... Eu estava indo para a comunidade, de manhã cedo, e me deparei com um outdoor mais bonito que outro. Maravilhoso! A maior secretaria, a melhor secretaria do governador Rui Costa, incontestável, é a da comunicação. O cara é um craque. A secretaria roda redonda, eu tenho que dizer, realmente. A comunicação é a melhor secretaria do governo Rui Costa. Mas eu digo: será que, se a gente tirasse um pedacinho do orçamento da comunicação, a gente não poderia alocar esses recursos para o conserto e a manutenção das estradas? Não é possível, amigos! Não é possível que isso não esteja sendo visto.

O Sr. Carlos Geilson: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Um aparte, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson: Deputado Alan Sanches, o seu relato mostra que realmente conhece a Bahia e anda sofrendo com os percalços, sofrendo com as dificuldades de transitar por este estado da Bahia com muitas BAs em péssimo estado de conservação. Se o senhor chegar na região do Sisal, vai se deparar com estradas quase intransitáveis. Se você sai de Serra Preta e vai para Riachão do Jacuípe, a situação é terrível. Naquela ligação de Riachão, Conceição do Coité, São Domingos, Valente, aquelas estradas estão em péssimas condições. E quando a gente ouve dizer e se fazer tanta propaganda mostrando um estado em que a gente quer viver, mas não vive, é um estado que a gente conhece através da publicidade, através do outdoor. E o senhor foi muito feliz.

O André Curvello é um craque. Ele pega um governo ruim, um governo que tem poucas ações e tenta nos persuadir como se vivêssemos em um estado sem problemas na educação, na saúde, na segurança e, às vezes, se você não tiver bem atento, a propaganda acaba te persuadindo. É importante que publicidades sejam contestadas em pronunciamentos como esse de V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, também conhecedor de toda essa região. V. Ex.^a só vem contribuir com as palavras que eu tenho dito aqui. E eu falo até despido de deputado da Oposição, eu falo de uma maneira suprapartidária mesmo, porque eu acho que a atenção e o orçamento para nossas estradas... porque o transporte, não só de pessoas, mas de tudo, é feito através das rodovias. Eu acho que precisa, tanto do governo Rui Costa como dos governos futuros, de uma atenção muito especial às nossas estradas.

Falando disso, eu poderia ainda falar de diversas outras estradas, amigos, porque a situação nossa, das nossas rodovias estaduais, realmente requer uma atenção gigantesca. A BA-001, Carlos Geilson, aquela que vai ali para o Baixo Sul, que vai de Valença a Taperoá, que vai ali para Nilo Peçanha e vai para toda essa região, pelo amor de Deus!, aquele asfalto ali deve ter minha idade. Não é possível que a gente possa conviver com isso.

Mas eu entendo, deputado Marcelino Galo, a lentidão do governo, porque quando a gente fala em lentidão, o governador Rui Costa fala que é o Rui “Correria”, mas não é, não; é Rui “Moleza”, é Rui “Devagar”, porque as decisões para que as coisas na política, deputado Jacó, aconteçam, elas precisam de decisão, de vontade política.

Eu posso dar um exemplo, deputado Jacó, pois V. Ex.^a é, sempre e extremamente, um deputado combativo, mas é justo, V. Ex.^a é um deputado justo. Qual foi a decisão política que resolveu o problema do mausoléu do Centro de Convenções?

Eu me lembro ainda. O secretário de Desenvolvimento Econômico era o Guilherme Bellintani, que fez um projeto com o então prefeito ACM Neto, e disse: “Nós vamos construir”. Isso quando caiu o Centro de Convenções, desmoronou, depois do investimento de 55 milhões de reforma pelo governo do Estado, desmoronou.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, que lhe é peculiar, aí, chega o nosso prefeito, o líder ACM Neto junto com Bellintani lançam um projeto belíssimo do Centro de Convenções, ali, no antigo Aeroclube.

Nesse mesmo dia... Isso foi feito às 10 horas, na Orla, num evento ali na Orla, lançando esse projeto e tal. Às 16 horas, o governador Rui Costa anunciou que aquele Centro de Convenções era pequeno, que ele ia fazer um que a Bahia merecesse.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para o governador Rui Costa, a Bahia não merece, não merece um Centro de Convenções! Primeiro, ele não deu um destino à queda, à destruição do antigo Centro de Convenções e, até hoje, vai terminar o governo, não conseguiu entregar esse Centro de Convenções!

Mas Salvador fez o trabalho de casa! Nós temos o melhor e mais bonito e único Centro de Convenções da Bahia!

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado e líder Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, primeiro, queria agradecer. O senhor fez uma indicação do deputado Nelson Pellegrino para a apreciação desta Casa como conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios.

O rito diz que deve ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para que, se assim ela desejar, convidá-lo para ser ouvido pelos deputados e deputadas daquela comissão.

Mas eu queria agradecer como líder do Governo, mas também como da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque conversei, junto com V. Ex.^a, com os líderes da Bancada do Governo e com os líderes da Bancada da Oposição. Pautamos esse tema

por entendimento das diversas lideranças partidárias para validar, já, inclusive, publicamente, o nome do deputado Nelson Pellegrino.

Como disse nessas reuniões, e o deputado Fabrício Falcão também demonstrou interesse em fazer essa apresentação para que a Casa pudesse analisar o seu pleito. Eu espero que a gente possa ter uma sessão, aqui, de repente, na próxima semana, com o nome consensuado, para evitar que a gente tenha, como aconteceu numa das últimas indicações para o Tribunal de Contas do Estado, uma disputa que, talvez, não interesse para uma indicação de um nome para o Tribunal de Contas, por iniciativa da Assembleia Legislativa da Bahia.

Então, eu queria agradecer essa construção de unidade, tanto dos líderes da Bancada do Governo e da Bancada da Oposição, deputado Carlos Geilson.

Há outra questão. Hoje, nós estávamos falando aqui, aliás, vários deputados falaram desse golpe que tirou a ex-presidenta Dilma. Hoje, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte, me parece, aciona a União, o Ministério Público Federal aciona a União contra a farsa que foi a Lava Jato e aquilo que se originou e acabou desembocando no golpe contra a presidenta Dilma.

As coisas vêm à tona agora, deputado Marcelino. Nós estamos passando por um problema sério. Aqui, vários deputados falaram das estradas. Nós estamos com dificuldade de encontrar empresas em condições de executar os serviços com uma qualidade que a população merece, fruto do desmonte da indústria nacional feita através desse golpe e através dessa Operação Lava Jato contra a indústria nacional.

Eu me lembro que a presidenta Dilma apresentou o novo Marco Regulatório de Petróleo. O golpe contra ela passou, essencialmente, pelas indústrias de petróleo, porque ela conseguia, pela política de preços que nós definimos através da Petrobras, garantir um preço acessível para a população.

E esse golpe leva, hoje, a uma política, extremamente, diferenciada para beneficiar a indústria de petróleo internacional, porque a maioria dos derivados de petróleo que nós estamos consumindo aqui, em especial gasolina e diesel, são importados e levam a uma equiparação ao preço internacional, o que leva a gasolina estar no Brasil em torno de R\$ 7, diferentemente daqueles ou daquelas que querem utilizar esse artifício para blindar a política, dizendo que a responsabilidade é dos governos dos estados. Não é verdade! Foi o golpe, foi a política de preços que a Petrobras desenvolveu para trazer essa mazela à sociedade brasileira.

A outra coisa, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estivemos aqui. Ouvi, aqui, deputado Prisco, com atenção. Não faço nenhum reparo às movimentações públicas, porque sou defensor das manifestações. Qualquer um tem o direito de se manifestar dentro das regras éticas e democráticas.

Na realidade, eu não enxergo a manifestação de 7 de Setembro como ato da democracia. Entendo esse ato de 7 Setembro, na realidade, como uma manifestação em apoio ao presidente da República. Ele, na defesa de um procedimento autoritário para impor a sua vontade e rompimento das instituições democráticas. Mas, mesmo assim, não vou deslegitimar ninguém que queira participar desse evento, porque cada um tem

o direito de expor a sua posição em qualquer lugar, desde que não afronte o outro, o próximo, aquilo que é o balizador das regras democráticas.

Digo isso, presidente, porque todos me conhecem aqui. Construo uma relação de misto de generosidade e de companheirismo. Vim aqui fazer defesas que muitas pessoas não fariam, porque não faço defesa da pessoa, faço defesa de conceito.

Vim fazer a defesa contra o processo de cassação dos deputados aqui desta Casa, porque entendo que a legitimidade dos deputados e deputadas está no momento da diplomação. Depois que ele é diplomado, na minha opinião, não tem nenhum processo anterior que questione a sua eleição que mereça cassação de parlamentar, independentemente se for da minha coloração ou das outras colorações aqui.

Mas, nesta semana, na vinda do ex-presidente da República a esta Casa – aqui, agradeço a todos os deputados, ao presidente, que cedeu o espaço, e ao líder da Oposição, que entendeu que nós deveríamos, independente se fosse qualquer um outro, que esse espaço é da democracia –, nós verificamos, aqui, na frente desta Casa, uma afronta extremamente antiética, desleal, equivocada do nosso colega Capitão Alden, que veio provocar as pessoas que estavam fazendo aquela manifestação.

Digo isso porque quando o deputado Alden fez uma acusação grave contra colegas da Oposição, ele me ligou pedindo a minha generosidade para evitar que fosse levado à sua cassação. E numa reunião do Colégio de Líderes, junto com o deputado Sandro Régis, discutimos que nós precisávamos dar aquela oportunidade.

E assim o Conselho de Ética acompanhou a posição da Maioria desta Casa no sentido de se dar uma punição mais branda ao deputado Alden, mesmo considerando a sua denúncia extremamente cruel contra parlamentares da Oposição.

Mas ele teve essas atitudes novamente. Na semana passada, esteve aqui nesta tribuna para fazer acusações levianas contra o governador Rui Costa. Depois, fez uma afronta à Casa Legislativa da Bahia. Não terei mais, como líder da Bancada do Governo, generosidade com fatos desse tipo. Não me ligue mais para pedir que não lhe seja dada a condenação que o Regimento permite.

E aqui, deputado Robinson, é preciso que a gente analise esse fato à luz do Regimento desta Casa. O que eu não permitirei, sob hipótese alguma, é que se faça qualquer tipo de acinte às manifestações de qualquer parlamentar deste Poder. Nós não podemos permitir isso, mas também não podemos aceitar o que aconteceu aqui.

Então quero dizer que, a partir de hoje, não teremos generosidade com o colega que fez essa manifestação. Trabalharei junto à nossa bancada para que possamos, dentro da regra regimental desta Casa, buscar que ele venha fazer a sua mea-culpa. Não podemos permitir que um parlamentar despreze o Parlamento da Bahia, que venha aqui afrontar a polícia, que venha aqui afrontar as pessoas que visitam este Poder. Se ele quer mídia, não deve buscá-la afrontando o espaço Legislativo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 24.220/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.310, de 24 de março de 2021, e dá outras providências.

O parecer foi lido na última sessão pelo relator, o nobre deputado Rosemberg Pinto, e o deputado Soldado Prisco pediu vista do processo.

Portanto, em votação o Projeto de Lei nº 24.220/2021, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 24.220/2021

Altera a Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015 e a Lei nº 14.310, de 24 de março de 2021, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015, abaixo indicados, passam a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“**Art.1º** -.....”

Parágrafo único - O Projeto mencionado no *caput* deste artigo norteará a elaboração e articulação de outros projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à assistência e permanência de adultos, jovens e adolescentes nos cursos em que estejam regularmente matriculados, nas universidades públicas estaduais da Bahia.

.....”(NR)

“**Art. 3º** -

.....
III - acompanhamento e avaliação continuada da política pública de permanência e assistência estudantil disciplinada por esta Lei.

.....”(NR)

“**Art. 5º** - O Auxílio Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a

permanência e a diplomação dos estudantes de graduação presencial das universidades públicas estaduais da Bahia, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, composto por perfis de atendimento, considerando:

I - o registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, ou outro que venha ser adotado, desde que validado oficialmente pelo Governo Federal;

II - a frequência em curso superior;

III - que o estudante esteja cursando a primeira graduação presencial;

IV - a distância do campus universitário ao local de residência, moradia ou domicílio;

V - o perfil de estudantes indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, e membros de comunidades tradicionais, conforme legislação vigente, desde que tenham suas características de origem comprovadas e estejam vinculados às políticas de ações afirmativas das suas respectivas universidades;

VI - as situações que ensejem pagamento de valor complementar para estudantes beneficiários de auxílio estabelecido por instituições estaduais de ensino superior ou de outros entes federativos, cuja percepção seja de valor inferior, e que atendam aos critérios e exigências definidos por esta Lei.

Parágrafo único - O Comitê Executivo poderá analisar a inclusão de outras populações vulneráveis a partir de justificativa fundamentada e mensuração do quantitativo de beneficiários, dentro dos limites orçamentários estipulados para o Auxílio Permanência.” (NR)

“**Art.6º**-

.....
III - excepcionalmente, para os estudantes contemplados pelo auxílio pago durante 08 (oito) meses, nos termos do inciso I deste artigo, poderão ser acrescidos até 04 (quatro) meses adicionais de pagamento do auxílio, observado o ano calendário civil, desde que existam situações que ameacem a permanência do estudante na universidade, conforme justificativa apresentada pelas instituições de ensino superior e subscrito pelo Comitê Executivo.

§ 1º - O valor do Auxílio Permanência poderá ser revisto anualmente pelo Poder Executivo, observada a disponibilidade orçamentária e os limites da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

.....” (NR)

“**Art. 7º** - Será permitido o acúmulo do auxílio criado por instituições estaduais de ensino superior ou de outros entes federativos, desde que

de natureza diversa do auxílio instituído por esta Lei, bem como será permitido o acúmulo do auxílio com bolsas meritórias.” (NR)

“**Art.8º** -

.....
VIII - não titularizar auxílio criado por instituições estaduais de ensino superior ou de entes federativos diversos, exceto nas hipóteses previstas no inciso V do art. 5º e no art. 7º, ambos dessa Lei;

.....
XI - não titularizar bolsa estágio paga pelo Estado da Bahia.

Parágrafo único - Além de cumprirem as condições estabelecidas no caput deste artigo, os estudantes residentes a uma distância superior a 100 (cem) quilômetros do Município sede do campus de matrícula e frequência do curso superior deverão comprovar que residem com a família registrada no cadastro centralizado de Programas Sociais do Governo Federal e necessitarão mudar ou mudaram de residência para frequentar o curso.” (NR)

“**Art. 9º** - Para inscrição no Projeto Estadual de Auxílio Permanência de que trata esta Lei, além dos critérios de elegibilidade previstos no art. 8º desta Lei, os estudantes deverão manifestar interesse em sua participação e realizar cadastramento *online*/digital, disponibilizado durante processo de inscrição, definido em edital para cada processo seletivo, fornecido pela SEC.

Parágrafo único - Os casos omissos referentes à inscrição no Projeto de que trata esta Lei serão resolvidos pelo Comitê Executivo em articulação com as universidades estaduais participantes do Projeto Estadual de Auxílio Permanência.” (NR)

“**Art.10** -

Parágrafo único - O banco de dados será atualizado regularmente com informações disponibilizadas pelas universidades e pelos estudantes beneficiários ou interessados em realizar cadastramento *online*/digital e deverá conter:

.....” (NR)

“**Art.11** -

.....
II - ausência de apresentação de documentação comprobatória, a ser solicitada a qualquer tempo, nos termos do Regulamento ou por manifestação da SEC através do Comitê Executivo.

.....

§ 3º - O Comitê Executivo, articulado com as universidades estaduais, poderá fixar critérios em ato próprio para utilização do Coeficiente de Rendimento Acadêmico - CRA, ou índice similar, no intuito de aprimorar as estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Projeto Estadual de Auxílio Permanência.” (NR)

“**Art.12** -

I - o alcance do prazo estabelecido para a percepção do Auxílio Permanência de que trata o § 2º do art. 6º dessa norma, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei;

II - o acúmulo indevido de benefícios, observada as exceções previstas no inciso V do art. 5º e no art. 7º, ambos dessa Lei;

III - mais de 04 (quatro) trancamentos em disciplinas previstas no currículo do curso, não cumulativos com as reprovações previstas no inciso IV deste artigo;

IV - mais de 04 (quatro) reprovações em disciplinas previstas no currículo do curso, não cumulativas com os trancamentos previstos no inciso III deste artigo;

.....

VI - recusa em assumir vaga disponibilizada de estágio ou projeto vinculado ao curso, ressalvadas as possibilidades elencadas no Capítulo IV desta Lei.

Parágrafo único - Os casos omissos, assim como recursos apresentados pelos beneficiários junto às respectivas universidades, serão analisados pelo Comitê Executivo para deliberação acerca do quanto estabelecido nos incisos III e IV deste artigo.” (NR)

“CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR, ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, AÇÕES COMUNITÁRIAS E INTERVENÇÕES SOCIAIS

Art. 13 - Os estudantes beneficiários do Projeto Estadual de Auxílio Permanência terão opção e prioridade para ingressar nas vagas de estágio de nível superior ofertadas pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, ou projetos/programas de ensino, pesquisa ou extensão aprovados pelos conselhos superiores das universidades, das seguintes formas:

I - o estudante que concluir 50% (cinquenta por cento) do curso, poderá ingressar, de forma opcional, em 01 (uma) vaga de estágio ou projetos/programas de ensino, pesquisa ou extensão, vinculados às universidades e articulados com o Projeto Estadual de Auxílio

Permanência, desde que haja oferta, e poderá permanecer até o prazo máximo de 02 (dois) anos;

II - o estudante que fizer a opção nos termos do inciso I deste artigo, poderá, desde que mantidos os critérios de elegibilidade definidos por esta Lei, retornar à percepção do auxílio, a ser pago pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;

III - o estudante que concluir 2/3 (dois terços) do curso, deverá, de forma obrigatória, ingressar em uma vaga de estágio ou projetos/programas de ensino, pesquisa ou extensão vinculados às universidades e articulados com o Projeto Estadual de Auxílio Permanência, vinculado até o prazo máximo de 02 (dois) anos;

IV - a recusa em assumir a vaga, nos termos do inciso III deste artigo, implicará no cancelamento do auxílio, de acordo com o inciso VI do art. 12 desta Lei;

V - é vedado o retorno à percepção do auxílio, exceto para os estudantes que se enquadrem na hipótese prevista no inciso I deste artigo.

.....

§ 3º - Caso não seja possível a alocação do estudante em vaga de estágio, será considerada a inclusão do mesmo em projetos/programas de ensino, pesquisa, extensão ou ação comunitária vinculados às universidades estaduais e articulados com o Projeto Estadual de Auxílio Permanência que lhe propicie experiência profissional equivalente;

§ 4º - Os casos omissos ou divergências de ofertas entre as universidades estaduais, referentes aos incisos I a III deste artigo, serão analisados de acordo com o Regulamento.” (NR)

“Art.14 -

.....

V - 01 (uma) representação das instituições de ensino superior, convidada excepcionalmente.” (NR)

“Art.15-

.....

VI - deliberar acerca dos casos de trancamentos e reprovações justificadas pelas universidades, nos termos do art. 12 desta Lei.

.....” (NR)

“Art.20 -

.....

II - repassar à SEC, regularmente e sempre que requisitado, os dados relativos aos estudantes que fazem jus ao Auxílio Permanência previsto nesta Lei, constantes do cadastro centralizado para programas sociais do Governo Federal.

.....” (NR)

“**Art.21** -

I - realizar processo de verificação de elegibilidade, homologação e acompanhamento permanente via sistema tecnológico, em atendimento aos critérios estabelecidos em edital e por esta Lei, de modo a prestar orientações necessárias à efetiva participação dos estudantes;

.....

III - repassar à SEC, sempre que solicitado, os dados e documentos relativos aos estudantes que fazem jus ao Auxílio Permanência, inclusive a lista de todos os benefícios por eles percebidos de outros programas;

IV - fornecer informações à SEC sobre trancamento, reprovação e abandono, dos estudantes beneficiados pelo Auxílio Permanência, bem como seu cumprimento da carga horária necessária à permanência no curso, com tolerância de 04 (quatro) reprovações ou 04 (quatro) trancamentos de disciplinas previstas no currículo do curso;

V - designar representante e seu eventual substituto, para a efetivação e acompanhamento das atividades previstas nesta Lei, assim como, para acompanhamento e participação no Comitê Executivo;

VI - fornecer devida e adequadamente banco de dados acadêmicos dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial;

VII - informar ao estudante critérios e, quando requisitado ou se fizer necessário, justificativa para a não homologação do Auxílio Permanência;

VIII - elaborar relatórios periódicos, ou quando requisitados, para avaliação de elegibilidade e migração para ingresso nas vagas de estágio de nível superior ofertadas pelo Estado ou projetos/programas de ensino, pesquisa ou extensão previstos nesta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º - A Lei nº 14.310, de 24 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“**Art. 1º** - Fica instituído o Programa Bolsa Presença com o objetivo de estimular a permanência, no processo de aprendizagem escolar, dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino em condição de

vulnerabilidade socioeconômica, nos termos e condições previstos nesta Lei.” (NR)

“**Art. 4º** -

§ 1º - O pagamento da bolsa, autorizado no *caput* deste artigo, será feito mensalmente a partir da admissão ao Programa Bolsa Presença, com a comprovação do cumprimento dos requisitos previstos no art. 5º desta Lei.

§ 2º - Será concedida uma bolsa por família, independentemente do número de alunos que a integrem e que tenham sido admitidos no Programa Bolsa Presença.” (NR)

“**Art. 5º** -

Parágrafo único - O regulamento disporá sobre os critérios referenciais de caracterização da situação de pobreza e extrema pobreza para os fins do Programa Bolsa Presença.” (NR)

Art. 3º - Fica revogado o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 2º, que terá efeito retroativo à 25 de março de 2021.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A matéria seguinte é o Projeto de Lei nº 24.239/2021, que altera a Lei nº 12.600, de 28 novembro de 2012, na forma que indica.

Para relatar, o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, queria dizer da nossa alegria e da nossa satisfação de estar aqui, na tribuna, para relatar esse projeto.

Mas me permitam, porque este é um dia histórico. Faz 5 anos do golpe contra a presidenta Dilma, e nada melhor do que um dia atrás do outro. Hoje, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte entrou com uma ação contra o Estado por danos morais, pela farsa e pela fraude que foi construída por aquele marginal chamado Sergio Moro. Daqui a pouco vão dizer que o Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte é petista, é comunista, é de esquerda.

Queria deixar este registro.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.239/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a Lei nº 12.600, de 28 de novembro de 2012, na forma que indica.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a alterar a Lei nº 12.600/2012, que institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições do Delegado de Polícia Civil.

Trata-se de alteração do período em que o Delegado de Polícia possa exercer suas atribuições em unidade da Polícia Civil diversa da qual tem exercício habitual. Tendo prazo mínimo de 30 dias e máximo de 1 ano, uma possível prorrogação poderia ocorrer uma única vez e por até 1 ano, sendo, que com a nova regra, a prorrogação, em caráter excepcional, poderá ocorrer 'sempre que a manutenção do exercício cumulativo se mostrar imprescindível à prestação do serviço'.

Trata-se de uma medida de caráter administrativo, que vem aprimorar o regramento da Polícia Civil, para uma melhor prestação dos serviços de segurança pública.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além da inexistência de restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2021.”

Esse é o nosso parecer. A gente pede a aprovação desse projeto que vai, sim, com certeza, melhorar a gestão da Polícia Civil do Estado da Bahia

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Questão de ordem, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Peço vista do presente projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedido vista ao deputado Soldado Prisco.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.